



PROCESSO N.º	61.152-2/2021
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADO	SILVIA MATSUOKA DE OLIVEIRA
ASSUNTO	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR CONTRIBUIÇÃO
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. A Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

6. Nesse contexto, a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, é, em síntese, um benefício previdenciário devido ao segurado que preenche cumulativamente os requisitos legais de tempo de contribuição e período de efetivo exercício no serviço público.

7. Com efeito, a concessão deste benefício previdenciário deve observar os comandos do artigo 20, § 1º da Emenda Constitucional n.º 103/2019, que estabelece a redução de idade e tempo de contribuição ao professor que comprove tempo efetivo exercício na educação básica, nestes termos:

Emenda Constitucional n.º 103/2019

§ 1º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tempo de contribuição em 5 (cinco) anos.

Art. 20. O segurado ou o servidor público federal que se tenha filiado ao Regime Geral de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III - para os servidores públicos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; IV - período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.





8. Ademais, cumpre mencionar que o artigo 140-A, § 1º, III. e § 2º da Constituição Estadual, acrescentado pela Emenda Constitucional Estadual n. 92/2020, determinou as idades mínimas diferenciadas, bem como que os demais requisitos, para a concessão do benefício de aposentadoria, seriam descritos em lei complementar, *in verbis*:

Constitucional Estadual de Mato Grosso

Art. 140-A. O Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e será regido pelas normas previstas nesta Constituição.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

(...)

III - voluntariamente, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados tempo de contribuição e demais requisitos estabelecidos em lei complementar.

§ 2º Lei complementar disciplinará o tempo de contribuição e os demais requisitos para a concessão das aposentadorias de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, bem como as regras relativas: (...)

9. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por contribuição, com proventos integrais, evidenciando que o Ato em exame possui respaldo constitucional e merecem o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

III. DISPOSITIVO DO VOTO

10. Ante o exposto, considerando que o Ato atendeu todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção ao artigo 43, II, da Lei Complementar n.º 269/2007-TCE/MT, acolho o **Parecer n.º 4.089/2022**, da lavra do **Procurador-Geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar**, e **VOTO** no sentido de:

a) **Registrar o Ato n.º 3.730/2021**, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso, no dia 12/7/2021; e

b) **julgar legal** o cálculo de benefício de **aposentadoria voluntária por contribuição**, com proventos integrais, à Sra. **Silvia Matsuoka de Oliveira**, servidora efetiva, no cargo de Professora da Educação Básica, Classe “E”, nível “10”, lotado na Secretaria de Estado de Educação, no município de Cuiabá, contando com 29 anos, 5 meses e 11 dias efetivos de tempo de contribuição e 54 anos de idade na data da publicação do ato concessório.





11. É como voto.

Cuiabá, 9 de setembro de 2022.

assinatura digital¹

Waldir Júlio Teis

Conselheiro Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

